

**Associação Nacional de História – ANPUH  
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007**

**Estudo de alguns elementos identificadores da desigualdade entre escravos de  
comunidades cativas do sudeste brasileiro do século XIX.**

Carlos Engemann

**Comunidade e desigualdade**

A historiografia da escravidão vem utilizando com uma freqüência cada vez maior o conceito de comunidade para descrever o convívio dos negros cativos e suas experiências. Hebe Mattos dedica um capítulo à análise da diversidade na “comunidade escrava”, descrevendo fatores de identidade geradores de coesão e quesitos de hierarquização, promotores de discórdia.<sup>1</sup> José Roberto Góes nos fala de uma comunidade que transcende as fronteiras do plantel e promove uma conexão entre várias escravarias, como observado em Inhaúma, uma Freguesia do Rio de Janeiro.<sup>2</sup>

Ainda José Roberto Góes e Manolo Florentino analisando os escravos do Comendador Vallim, na Fazenda do Bananal, identificam a existência de uma comunidade de cativos, à qual atribuem uma lógica organizadora pautada no parentesco. Esta proliferação, da qual citamos apenas alguns exemplos, é, a bem da verdade, uma conseqüência lógica da superação do dilema da família escrava. João Fragoso e Ana Lugão vão ainda mais longe, não apenas falando de uma comunidade escrava, mas deduzindo a existência de um processo que levaria a escravaria de turba à comunidade.<sup>3</sup>

As comunidades escravas tornaram-se também para nós, um *locus* privilegiado de reflexões por serem as mais abrangentes disposições sociais até então imaginadas para os cativos. Entendemos, aqui, comunidade como um conjunto de indivíduos que partilham símbolos, ritos, mitos e parentesco dentro do mesmo espaço socialmente ordenado.<sup>4</sup> A partir

<sup>1</sup> MATTOS, Hebe M. *Das cores do Silêncio* – os significados da liberdade no Sudeste Escravista – Brasil, séc. XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

<sup>2</sup> GÓES, J. Roberto. “Cordeiros de Deus: tráfico, demografia e política no destino dos escravos” in :PAMPLONA, Marcos A. (org.). *Escravidão, Exclusão e Cidadania*. Rio de Janeiro:Access. 2001.

<sup>3</sup> FRAGOSO, J. L. e LUGÃO, A. M. “Um empresário brasileiro do oitocentos”. In CASTRO, H. M. e SCHNOOR, E. *Resgate: uma janelinha para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks. 1995. pp 197-224.

<sup>4</sup> Fundação Getúlio Vargas. *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Ed. FGV. 1987. passim.

daí, é possível deduzir que os plantéis, principalmente aqueles com relativo equilíbrio etário e sexual, tenham se constituído em unidades comunitárias, uma vez que a comunidade escrava é, em princípio, produto da família que se instaura no cativeiro. Desse modo, os laços tenderiam a se ampliar propendendo ao enfeixamento do conjunto de seus membros.

É possível até que a construção da comunidade fosse uma espécie de gradiente, a favor do qual caminharía toda escravaria dentro de suas limitações. Se assim for, a comunidade teria um vértice relacional interno e outro externo, que demandarão investigação. Não se está a identificar um como vértice horizontal (intracativeiro) e o outro como vertical (senhor-escravo), uma vez que dentro da própria condição cativa a diferença e a hierarquia também se instalavam. Por isso mesmo, há que se dissecar as relações de modo mais preciso, já que era oscilando entre as relações internas e as externas que os cativos construía suas estratégias de ascensão social.

Nesta transformação de turba a grupo dotado de complexidade orgânica existe muito mais do que a junção em esquadras, tão característica da organização do trabalho nas *plantations*. Há o trabalho, não só o dispensado ao senhor e sob seu controle, mas também o que se consome em seus próprios cuidados, este que dá origem às diferenças materiais e imateriais entre os que partilham o amargo pão do cativeiro.<sup>5</sup> Há o coabitar que, se a princípio enseja a cooperação entre os confrades, também é capaz de juntá-los de modo desigual.

Para averiguar alguns dos elementos indicativos desta desigualdade tomamos alguns dos maiores plantéis do sudeste brasileiro, reconstruídos via inventários. Assim, estaremos trabalhando com os plantéis dos seguintes grandes proprietários: Com. Manuel de Aguiar Valim, Pascoal Cosme dos Reis, Barão de Piabanha, Barão de São Roque, Baronesa de Paraíba, Com. João Corrêa Tavares, Damazo José de Carvalho, Inácio Pereira Nunes, José Joaquim de Abreu Castelo Branco, Luíza Maria Assunção, Manoel Joaquim de Oliveira, Maria Jacinto de Macedo e Porcina de Paula Dias.<sup>6</sup> Além destas, teremos nas mãos os dados da Real Fazenda de Santa Cruz e do Camorim, a primeira pertencente à Sua Majestade e a segunda aos beneditinos do Rio de Janeiro.

---

<sup>5</sup> Ver FRAGOSO, J. Luis e RIOS, ANA M. Lugão. “Um empresário brasileiro do oitocentos”. In CASTRO, H. M. e SCHNOOR, E. *Resgate: uma janela para o oitocentos*. Rio de Janeiro: Topbooks. 1995. pp. 197-224.

<sup>6</sup> Agradecemos profundamente a generosidade do Prof. Dr. Manolo Florentino e da Profª. Dra. Ana Lugão pela concessão de dados para os nossos estudos.

### **Moradia e desigualdade**

A princípio, o que os nossos dados permitiram foi vislumbrar um espaço físico, quiçá esqualido, sob posse dos escravos. Sendo este espaço, ainda que diminuto, um âmbito privado, em certo sentido se constituía como uma fronteira para o cativo que se mantinha confinado do lado de fora. Se realmente, nessas comunidades se gozava de diferentes espaços, as senzalas, "domus" do cativo, seriam um bem, tanto do ponto de vista concreto, quanto do simbólico, da maior importância. Se, por hipótese, os senhores se dispuserem a consentir na construção e na manutenção de unidades que para além do simples abrigo, eram também lares, para conter a tensão, reduzir a possibilidade de conspiração, refrear a putativa promiscuidade, ou qualquer motivo semelhante, numa escravaria de maior porte o tal motivo será ainda mais pungente.

Mas não é apenas isso. Se por um lado a posse de um domicílio, ainda que com todas as suas limitações poderia ensejar um desejo em se constituir família, talvez pudesse também promover diferenças entre elas. Se observarmos o número de valores diferentes atribuídos aos diferentes lances de senzalas poderemos perceber que nem sempre havia uniformidade. Do ponto de vista arquitetônico, é certo que as senzalas poderiam existir de diversas formas. No caso das grandes escravarias, onde o número de cativos excede ao que se poderia imaginar confinado num galpão comum, há indícios diretos em pelo menos três listas da existência de domicílios ou senzalas familiares.

As unidades domiciliares de que falamos são, a bem da verdade, pequenos edifícios ou subdivisões de edifícios maiores. Robert Slenes apresenta um bem fundamentado estudo sobre as formas das senzalas em *Na Senzala Uma Flor*.<sup>7</sup> Neste trabalho, Slenes mostra duas modalidades básicas de senzalas: uma em forma de galpão, dividida em cubículos, e outra como cabanas individuais. Em linhas gerais, o que se constata é que o mais comum era os solteiros ocupando em conjunto os cubículos de uma senzala-galpão e os casados coabitando um cubículo ou desfrutando de sua própria cabana. Por si só esta constatação já nos indica uma diferenciação no seio das escravarias visitadas pelos viajantes consultados por Slenes. Os

---

<sup>7</sup> SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. 1999. passim.

casados seriam donos de um quinhão de privacidade, em geral negado aos solteiros. Ainda que parco, este tipo de posse, certamente fazia diferença.

Quanto às construções de senzalas nas propriedades que estudamos, temos para o caso da Real Fazenda de Santa Cruz um registro iconográfico deixado por Jean-Baptiste Debret. Embora este não seja muito claro, a impressão que se tem é de que lá as cabanas eram a habitação mais freqüente. Os escritos sobre a fazenda, que freqüentemente se referem a "vila dos escravos" ou "às cabanas dos escravos", também apontam nesta mesma direção, assim como o relato de Serafim Leite. Segundo este autor, quando da expulsão dos jesuítas, havia em Santa Cruz cerca de trezentas e sessenta moradias de dois tipos diferentes: taipa e alvenaria.<sup>8</sup>

Em outras propriedades dava-se um fenômeno deveras semelhante. A avaliação feita das senzalas quando da constituição dos inventários nos permitem saber, para alguns casos, o número de lances de senzalas e o valor de cada lance.<sup>9</sup> Vejamos o que nos sugerem estas informações.

O que os dados expostos a seguir podem estar indicando não diz respeito a um "conforto" relativo para os cativos. Não conhecemos o tamanho de cada lance de senzala para compará-los entre si e avaliar o espaço por escravo como um índice de qualidade de vida. O que se busca aqui é uma noção do uso de certa privacidade entre os cativos. Na medida em que o número deles por lance de senzala era menor, apresentava-se uma indicação de qualidade de vida, não pelo espaço possuído, mas pelo espaço dividido. Dito de outro modo, nesse caso a qualidade de vida cresce não pela quantidade de espaço disponível – algo impossível de se avaliar até o momento – mas pelo ganho no convívio seletivo. Nos casos mais extremos, a média de co-habitantes não chega a três por lance, o que daria uma mãe e seus dois filhos ou um casal com um filho. Mesmo os que não possuíam este tipo de vínculo, dividiam o espaço de sua convivência com um número menor de companheiros, lhes facultando um grau um pouco maior de "privacidade".

O gráfico 20 nos permite entrever um curioso quadro. Quanto maior o percentual de aparentados, maior tendia a ser o número de "tipos" de senzalas. Explicamo-nos: um dos itens

---

<sup>8</sup> LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Tomo VI. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945. pp. 59

<sup>9</sup> O lance de senzalas é um conjunto de moradias construídas a partir da subdivisão de um mesmo prédio. Cf. Figura 1.

do inventário era o valor de cada lance de senzalas, ou melhor, de cada grupo de lances de senzalas. Por esta informação é possível perceber que eles podiam ser agrupados segundo sua avaliação de valor. Se imaginarmos que isso se traduzia num conjunto de atributos tais como estado de conservação, complexidade da construção, materiais utilizados, enfim, estado material, estaremos diante de mais um diferencial intracativeiro. Se levarmos às últimas conseqüências, estaremos falando de escravos mais ricos e, portanto, de outros mais pobres. Pode parecer absurdo, mas convém lembrar que em Santa Cruz uma família de escravos possuía dois escravos.

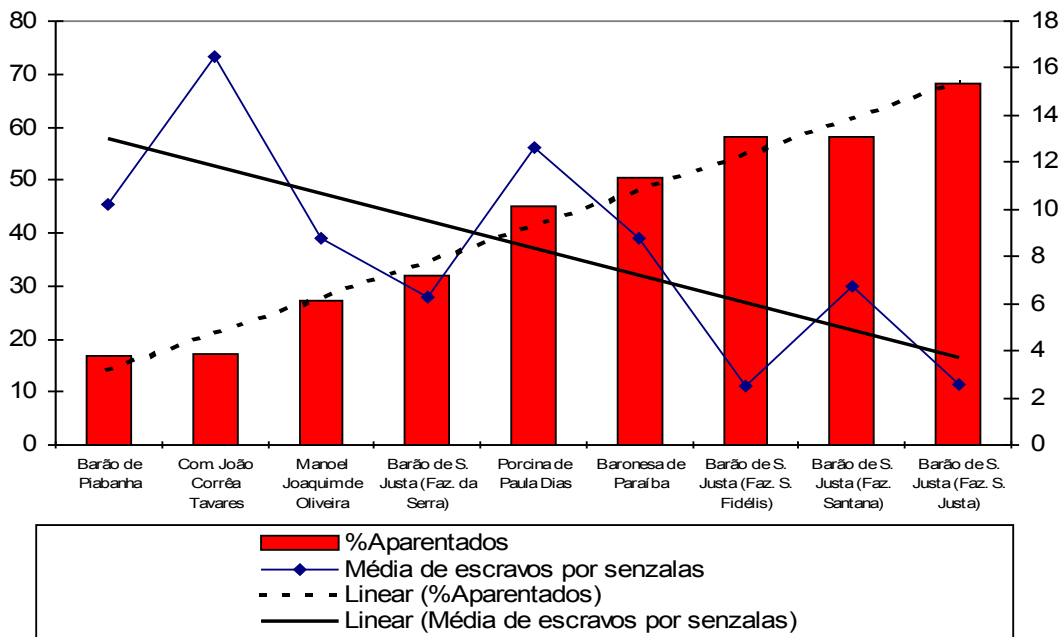
Sabendo que o volume da amostragem é de pequena monta, arriscamos apenas a supor que essa diferenciação poderia se instaurar, dentre outros fatores, pela qualidade, ou estado material, da moradia que se habitava. O que estamos postulando como emergente das informações que sacamos desse conjunto de inventários é que a qualidade da moradia refletia o *status* do cativo entre seus pares. Como, ademais, se dá em qualquer outro lugar.

Tabela 1: Percentual de Escravos Aparentados, Número de Valores Atribuídos aos Lances Senzalas e Media de Escravos por Lance de Senzala (1862-1873).

Proprietário	% Aparentados	Número de valores para os lances de senzalas	Número de lances de senzalas	Média de escravos por senzalas
Barão de Piabanha (1869)	16,8	1	14	10,2
Com. João Corrêa Tavares (1873)	17	1	27	16,5
Manoel Joaquim de Oliveira (1862)	27,2	2	18	8,8
Barão de S. Justa - Faz. da Serra (1872-73)	31,8	1	17	6,3
Porcina de Paula Dias (1873)	45	2	10	12,6
Baronesa de Paraíba (1873)	50,5	3	44	8,8
Barão de S. Justa - Faz. S. Fidélis (1872-73)	58	2	59	2,5
Barão de S. Justa - Faz. Santana (1872-73)	58	3	19	6,7
Barão de S. Justa - Faz. S. Justa (1872-73)	68,3	4	61	2,6

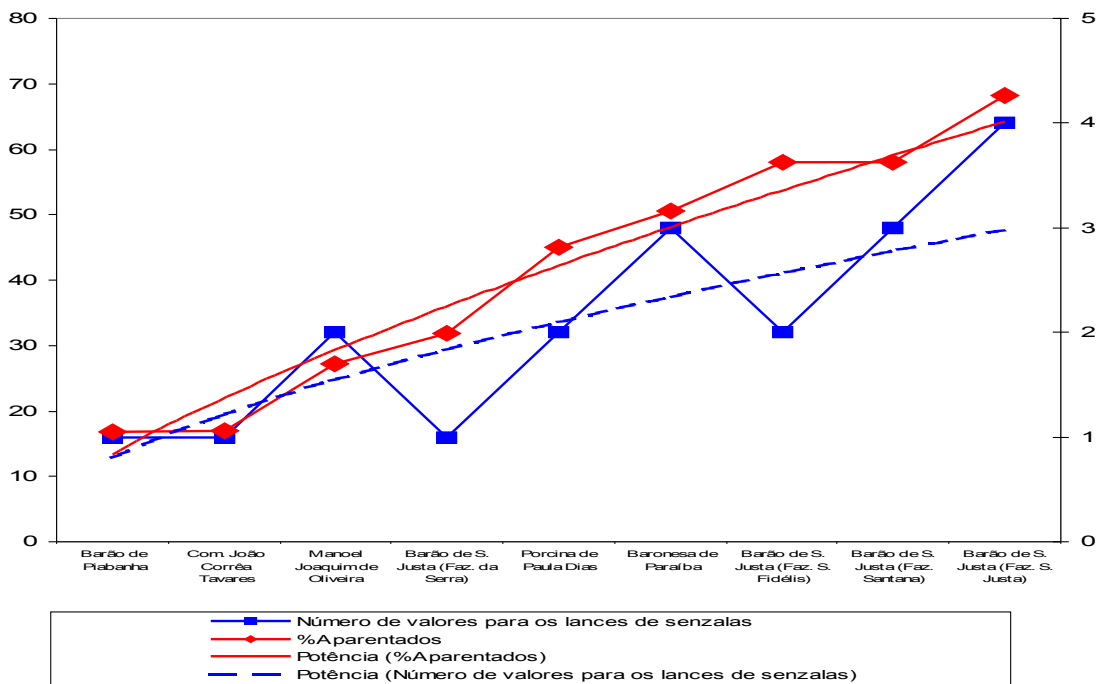
Fonte: Inventários *post mortem*, Arquivo Navional, RJ.

Gráfico 1: Percentual de Escravos Aparentados e Média de Escravos por Lance de Senzala (1862-1873).



Fonte: Tabela 12

Gráfico 2: Percentual de Escravos Aparentados, Número de Valores Atribuídos aos Lances Senzalas (1862-1873).



Fonte: Tabela 9

Desta sorte, a complexificação progressiva das comunidades cativas proporcionavam espaço individual e hierarquização pela posse e administração deste espaço. O estranho é que a comunidade favorecia o acesso a um espaço diferenciado do espaço comunitário, provendo alguns cativos mais afortunados de um bem, em geral, inerente aos que não padecem do infortúnio da escravidão: a privacidade.

### **Trabalho e desigualdade**

Stuart Schwartz nos mostra como determinados tipos de ocupação costumavam render ao escravo tempo extra para cuidar de sua própria produção, além de uma diferenciação social advinda da sua capacidade de gerir os seus próprios investimentos.<sup>10</sup> Seja por isso, seja por se tratar de um trabalho melhor que o ordinário, o fato é que em torno de 1817, havia 174 cativos com ocupação que lhe exigia uma habilidade a ser aprendida, e desses, 70 escravos, ou seja, mais ou menos 40%, cuidavam para que outro membro de sua família seguisse a mesma trilha. A hereditariedade da posse de um ofício em quase metade dos casos, aponta para o possível significado de bem de família. Embora difícil de ser preservado, os que o podiam se articulavam para mantê-lo.

Outra ordem de diferenciação: nos relatórios de distribuição das tarefas da Real Fazenda de Santa Cruz, aparecem também os escravos “a dispor diariamente” (1815) e “nas esquadras ambulantes” (1817), o que equivale dizer, os que cuidam dos serviços mais pesados e não-especializados dentro da Fazenda. Em ambos os casos eles representam 40% da mão-de-obra classificada como braços para todo serviço. Mais uma vez em ambos os relatórios, aproximadamente 80% são mulheres; para ser mais exato, em 1815 as mulheres representam 76,5% e em 1849 são 80%. No Camorim, de onde também dispomos de informações bastante precisas, não é muito diferente. Entre 1864 e 1867, os homens “da enxada” oscilaram entre 14 e 15, respectivamente, enquanto suas companheiras de labuta não foram menos que 39, sendo que em 1864 chegaram a 51 mulheres. Em ambos os casos, o que se revela aqui é um padrão de distribuição sexual no trabalho semelhante ao que Klein encontrou para as grandes plantações do Caribe e Brasil. Segundo as pesquisas do autor, a distribuição etário-sexual da força de trabalho tinha diferenças muito sutis entre as diferentes regiões e cultivos.<sup>11</sup>

Mas não apenas em plantéis estatais e religiosos poderia se encontrar uma tal configuração. O Barão de São Roque, outro grande cafeicultor do Vale do Paraíba, parece, em algum momento de sua vida, ter adquirido escravas em quantidade. Em sua propriedade

---

<sup>10</sup> SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. São Paulo: EDUSC, 2001. pp. 89-122.

<sup>11</sup> KLEIN, Herbert S. *Escravidão na América Latina e Caribe*. São Paulo: Ed. Brasiliense. 1987.

temos uma distribuição bastante equilibrada quanto à origem: 126 locais, 105 africanos e 100 do tráfico interprovincial. No entanto, o número de mulheres ultrapassa o de homens em cerca de 1/5: são 150 homens para 181 mulheres.

Na divisão por sexo, os locais revelam uma superioridade feminina de 73 contra 53. Os africanos, como indica a lógica do tráfico, apresentam um número maior de homens: são 59 africanos e 46 africanas. Mas na escravaria oriunda do tráfico interprovincial é que encontramos a maior desproporção: apenas 38 homens para 62 mulheres. Ainda que possivelmente condicionada por uma oferta reduzida, pois já se iam mais de vinte anos de ausência do tráfico atlântico, o Barão de São Roque não achou desperdício de dinheiro investir em braços femininos, que passaram a compor a maioria da sua força de trabalho efetiva. Eram 106 homens da “roça” e 124 mulheres que padeciam no mesmo trabalho.

Na casa a diferença é ainda maior 28 mulheres andavam as voltas com a manutenção da morada do Barão em companhia de apenas 7 homens. Mais uma vez, os ofícios são privilégio dos homens, já que quase todos os 39 cativos assinalados com alguma profissão que não “roça” ou “doméstico” são homens. Coube às mulheres uma cota um pouco maior no eito nas terras do Barão de São Roque. No entanto, este último plantel pode indicar uma divisão territorial diferenciada para a ascensão de homens e mulheres. Se aos homens cabia o *status* de um ofício, às mulheres poderia se descortinar a possibilidade de trabalhar na lida doméstica, por certo também mais amena que a roça.

Mas, de um modo geral, é possível imaginar as mulheres escravas destes plantéis, se pondo a trabalhar pesado, certamente mais pesado do que gostariam, dada a escassez de homens gerada pelo deslocamento da mão-de-obra especializada ou por compras diferenciadas, ou ainda pelo grau de especialização de seus companheiros. A elas era negado o acesso à praticamente todos os ofícios, exceto a música e o parto. Poderiam ter trabalhos específicos como ser ama, trabalhar na olaria, ou no fabrico de manteiga, trabalhar na casa ou nos teares. Mas, não eram consideradas detentoras do ofício de seu trabalho.

### **O corpo e a desigualdade**

Outro indicador sensível da diferenciada vida em comunidade poderia ser o estado de saúde dos cativos. Se as estratégias coletivas compreendiam um cuidado mútuo para que fosse aliviada a cansaça inerente à existência humana, algo deveria se refletir na configuração do estado físico desses cativos. As variáveis que podem ter contribuído na alteração do padrão de seu estado de saúde são diversas, indo desde a qualidade, variedade e quantidade de seus alimentos, até um esforço mais equacionado no trabalho e cuidados mútuos.

Mas não estamos falando de epidemias, doenças que atingem e matam de imediato ou abandonam o abatido em poucas semanas. Estas são registradas em menor número nos inventários pelo seu caráter transitório e, quando não mata, tende a ser menos debilitante em suas seqüelas. Nos inventários, para a avaliação do preço, tende a ressaltar-se doenças de longo percurso. São, em verdade, deformidades ou deficiências permanentes que são acusadas, ou pelo menos aquelas doenças que se arrastam por longas convalescenças. Eram estas as que debilitavam permanentemente o cativo e por isso interferiam no seu valor de mercado, grosseiramente poderíamos dizer que assinalava-se o cativo que era doente e não o que estava doente.

De certo modo, esta divisão também parece ter se encaixado na comunidade cativa. Como dito anteriormente, é possível que as grandes escravarias fossem mais suscetíveis aos surtos, assim como os escravos urbanos. No entanto, podemos perceber que, no que respeita as debilidades físicas registradas nos inventários, quanto maior o percentual de escravos aparentados menor tendia a ser o índice de escravos doentes.

*Grosso modo*, o que o gráfico 4 ilustra é a possibilidade de um quadro geral de cuidados familiares, e possivelmente inter-nucleares, refletidos na baixa proporção de portadores de moléstias mais duradouras. Os plantéis com mais de quarenta por cento de escravos enlaçados por algum tipo de solidariedade parental tem, em geral, menos de cinco por cento de escravos registrados como padecentes de alguma moléstia. Por outro lado, nenhum dos quatro plantéis com menos de quarenta por cento de aparentados teve registro de cativos doentes inferior a dez por cento.

A bem da verdade, o que podemos entrever nestas informações não é exatamente a desigualdade no cativo, mas um sintoma de sua existência. De fato, se a comunidade existiu, existiu para benefício de seus membros. Ao que parece, uma das vantagens de se viver em comunidade era uma chance menor de um certo tipo de problema físico. Menos coxos, menos tísicos, menos cegos, menos quebrados das costas ou da virilha, enfim, quanto mais complexa era a formação comunal, menos acometidos por doenças diretamente mencionadas nos inventários.

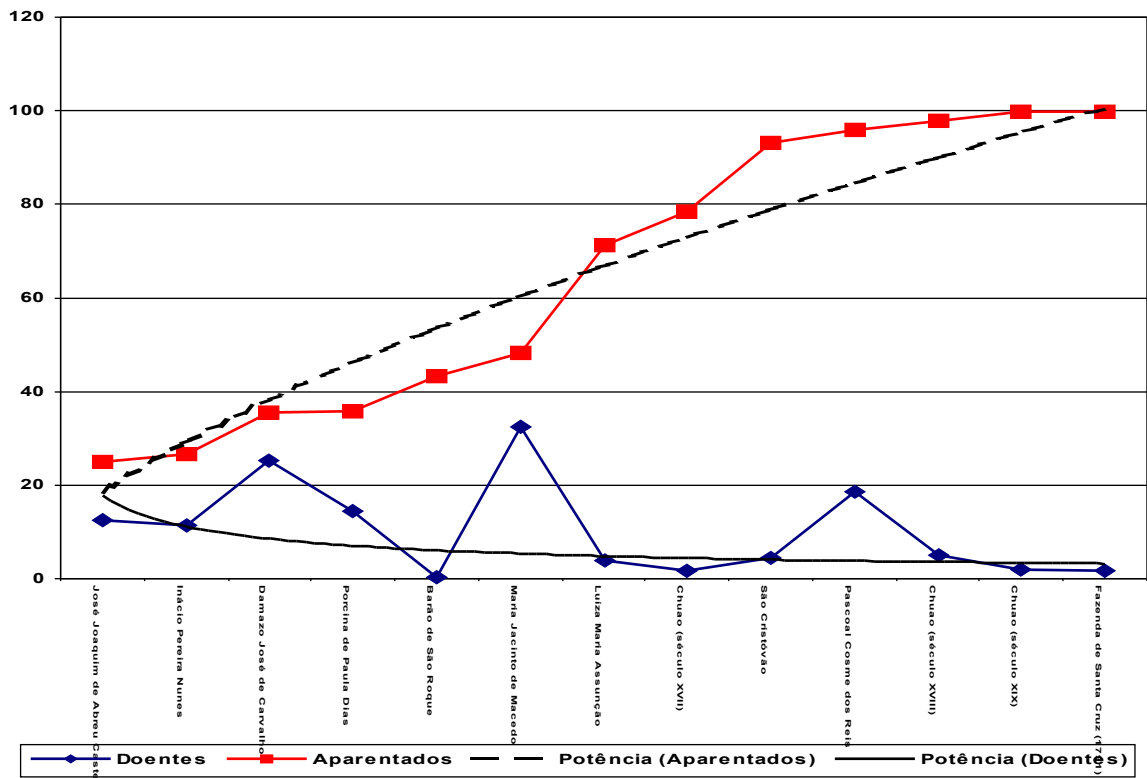
Tabela 2: Percentual de escravos doentes e de aparentados (séculos XVII a XIX).

Proprietários	Aparentados	Doentes
José Joaquim de Abreu Castelo Branco (1839)	25	12,5
Inácio Pereira Nunes (1857)	26,5	11,4
Damazo José de Carvalho (1834)	35,4	25,3
Porcina de Paula Dias (1873)	35,7	14,3
Barão de São Roque (1872)	43,2	0,3
Maria Jacinto de Macedo (1835)	48,2	32,4
Luíza Maria Assunção (1870-72)	71,3	3,9
Chua (século XVII)	78,4	1,8
São Cristóvão (1760)	93,2	4,3
Pascoal Cosme dos Reis (1850-52)	95,8	18,5
Chua (século XVIII)	97,9	4,9
Chua (século XIX)	99,9	2,0
Fazenda de Santa Cruz (1791)	99,9	1,7

Fonte: Inventários *post mortem*, Arquivo Navional, RJ.

No entanto, não podemos afirmar que isso significasse que a homeostase fosse mais freqüente, visto que um outro tipo de enfermidade poderia grassar nas comunidades: epidemias. Temos que levar em conta, ainda que os cuidados oferecidos pelos senhores e as doenças simuladas podem estar interferindo nos resultados da amostra. Em primeiro lugar, algumas fazendas possuíam enfermarias, senzalas destinadas à convalescença de cativos. Tais cuidados eram patrocinados pelo proprietário, ainda mais em tempos de alta dos preços no mercado de braços. Em segundo, se, como postulamos, o trabalho nas comunidades era mais ou menos acordado entre senhores e cativos, a incidência de enfermidades simuladas poderia ser um tanto menor nestas.

Gráfico 5: Percentual de Doentes e Aparentados (séculos XVII a XIX).



Fonte: Tabela 2